PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

☐	REQUERIMENTO	Número _____/ XI (___ª)
X	PERGUNTA	Número 989 / XI (1ª)

Expeça-se
Publique-se
21 / 01 /2000
O Secretário da Mesa

Assunto: Atrasos na apresentação dos resultados e pagamento das bolsas de acção social escolar no Instituto Politécnico de Tomar

Destinatário: Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tomou conhecimento de uma situação de atraso na apresentação do resultado das candidaturas e por consequência no pagamento de bolsas a estudantes da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Tomar.

Hoje é cada vez difícil conseguir aceder e frequentar o Ensino Superior, particularmente o Ensino Superior Público. Quer seja devido à crescente elitização dos graus mais elevados do Ensino, ou à política de subfinanciamento do Ensino Superior Público e do seu Sistema de Acção Social Escolar.

Além dos custos inerentes à frequência do Ensino Superior que se traduzem essencialmente no valor da propina, das taxas e emolumentos aplicáveis na instituição em causa, existe um vasto conjunto de custos associados à frequência do Ensino Superior que ultrapassam significativamente os valores já referidos. Transportes, habitação, alimentação, material escolar, livros, material de estudo, fotocópias concorrem para o conjunto dos custos associados ao Ensino e que tornam a frequência do Ensino Superior proibitiva para muitas famílias portuguesas.

O sistema de acção social escolar está claramente subdimensionado, tendo em conta as necessidades dos estudantes e das famílias. E se tivermos em conta o número de estudantes que não acede ao Ensino Superior Público por incapacidade financeira, esse subdimensionamento do sistema torna-se ainda mais grave. É pois cada vez mais evidente que o Governo não cumpre a Constituição da República sob nenhum ponto de vista no que toca à Gratuitidade progressiva de todos os graus de ensino. Por um lado, porque não existe oferta gratuita de educação superior. Por outro lado, porque nem mesmo através da Acção Social Escolar, garante o Governo a gratuitidade do ensino para os estudantes com mais carências económicas.

Agrava tudo isto o sistema de empréstimos bancários a estudantes como forma de substituir a Acção Social, empurrando para o recurso ao crédito um vasto número de estudantes para

compromissos financeiros de longa duração, hipotecando o seu futuro e, simultaneamente, colocando o Estado na posição de fiador, financiando a banca ao invés de financiar o Ensino Superior Público e os estudantes.

Na Escola Superior de Tecnologia de Tomar vários estudantes que se candidataram à 2ª e 3ª fase para bolsas de Acção Social Escolar, ainda não conhecem os resultados e desconhecem se vão receber ou não esse apoio. Ou seja, passados quase cinco meses de se candidatarem e de suportarem as colossais despesas de acesso e frequência ao ensino superior público, estes estudantes vivem uma situação de desespero, afectando a sua capacidade e rendimento escolar. Estes estudantes são assim confrontados com a impossibilidade de fazer frente às despesas que se lhes colocam durante a frequência do Ensino Superior e ficam em situação de objectiva desvantagem perante os seus colegas que dispõem de meios próprios para satisfazer as exigências escolares.

Isto significa que estes estudantes estão em risco de engrossar os números do abandono escolar no Ensino Superior, ou de recorrer ao trabalho para obter rendimentos que lhes permitam pagar os custos do ensino, uma vez mais ficando em desvantagem perante os que não precisam de procurar emprego mal pago para o mesmo efeito. Outra possibilidade, inclusivamente estimulada pelo Governo, é o recurso ao crédito bancário para que os estudantes possam suprir as necessidades económicas associadas à frequência do Ensino Superior. O atraso nos pagamentos das bolsas é, além de um grave constrangimento para estes estudantes e uma intolerável falha do Estado, um factor de estímulo e incentivo ao crédito bancário.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do Ministério da Ciência e Ensino Superior me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Que medidas tomará o Governo para garantir a célere resolução deste problema?
3. Tem conhecimento de situações semelhantes noutras instituições públicas de ensino superior?

Palácio de S. Bento, 21 de Janeiro de 2010

Os Deputados,

Rita Rato

Rita Rato

António Filipe